

A ESCOLA PÚBLICA E A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Flávio Corsini Lirio – UFRR/Brasil – flavio.corsni@ufrr.br

RESUMO

O texto apresenta a análise da política de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente voltada à escola. Meninas entre sete e quatorze anos são as principais vítimas. A idade escolar obrigatória torna essa instituição fundamental na identificação e no encaminhamento de casos. A pesquisa é qualitativa. Os instrumentos de coleta foram à análise documental e entrevistas semiestruturadas com docentes do ensino fundamental de Belém – PA. O material foi trabalhado a partir da análise de conteúdo. A precariedade na formação inicial e a continuada faz com que os licenciados se sintam “órfãos” desse debate. Isso ocasiona um descompasso entre o planejamento e a execução de ação de enfrentamento como, por exemplo, a identificação e encaminhamento de casos.

Palavras-chaves: Criança e adolescente; educação; política pública; violência.

A violência sexual contra criança e adolescente é uma preocupação nacional. O número de denúncias feitas por meio da ligação ao Disque 100, coordenado pela Secretária Especial de Direitos Humanos, é uma realidade em todas as regiões do país. O que torna esse problema uma questão social considerada pelo Ministério da Saúde como um problema de saúde pública. Esse tipo de violação afeta a intimidade e o comportamento social e psíquico do sujeito violado e também da família.

Meninas entre sete e quatorze anos de idade são as principais vítimas e os homens os principais violadores de acordo com os dados divulgados pelo Disque 100 (SDH, 2010). Isso implica em uma necessidade de trazer para a reflexão do problema as questões relativas ao gênero, uma vez que o machismo se apresenta como uma questão central dessa relação violação.

A idade escolar obrigatória de uma parcela das vítimas, implica numa

notoriedade à escola com a possibilidade da instituição realizar ações de enfrentamento a esse tipo de violação. A política nacional de enfrentamento classifica a escola como uma instituição preventiva dentro da rede de proteção à criança e ao adolescente.

O texto apresenta os resultados da pesquisa acerca das políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes voltadas à escola. Ele está estruturado em duas partes: a apresentação do fenômeno da violência sexual, conceituação e dados de ocorrência e a análise das atribuições destinadas às escolas pela política pública de enfrentamento à violência sexual cometida contra criança e adolescente e as evidências sobre a sua implementação, ou não, no ambiente escolar.

Trata-se de um estudo de caso com base em uma pesquisa qualitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram a análise documental e entrevistas semiestruturadas com professores de escolas de ensino fundamental da rede estadual e municipal, de Belém – PA. Os dados foram trabalhados a partir da análise de conteúdo.

De acordo com Castanha (2008) trata-se de um problema social que atenta contra a saúde pública, dados os prejuízos físicos e psíquicos que o mesmo pode vir a acarretar. A seguir uma breve contextualização do fenômeno da violência sexual com a apresentação das ideias acerca da sua ocorrência e o modo como ela é entendida por alguns estudiosos e dados gerais divulgados pelo Disque Denúncia Nacional.

Contextualização do fenômeno da violência sexual contra criança e adolescente no Brasil

A violência sexual atinge em massa as meninas, cerca de 80 % dos casos registrados (SDH, 2010). O maior registro de envolvimento de meninos é com relação aos casos de pornografia, 70% contra meninas e 30% contra meninos. A maioria das denúncias são relacionadas ao ambiente familiar. Saffioti,(2003, p. 90) afirma que:

O domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhação e atos libidinosos /estupros, graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social dessa supremacia masculina. É com essa estrutura que a família tem

garantido o *status quo*, pleno de privilégios para os homens, sobretudo ricos e brancos. [...].

O crescimento no número de denúncias dessa natureza em todo o país aponta uma mudança no comportamento social e cultural das pessoas frente a esse tipo de violação. A violência sexual representa um terço das ocorrências de maus-tratos contra criança e adolescente registrados pelo disque 100. Castanha (2008) considera que o envolvimento social tem crescido devido a divulgação de informações sobre o assunto e o investimento no aprimoramento dos instrumentos de denúncia, como o disque denúncia nacional.

O atendimento telefônico da Secretaria de Direitos Humanos que recebe denúncias 24 horas por dia em todo o Brasil, de janeiro a abril de 2012 foram recebidas 34.142 denúncias de violações de direitos contra crianças e adolescentes. Em comparação com 2011, houve aumento de 71% no número de denúncias, sendo que 22% das notificações registram violência sexual. (SDH, 2012)

A violência sexual se divide em duas praticas distintas denominadas de abuso sexual e exploração sexual. Para Siems, Pimentel e Lirio (2006, p. 06), o abuso sexual contra criança e adolescente caracteriza-se por : “Contatos ou interações sexuais entre menino ou menina e pessoa com mais idade, com mais experiência – adulto ou até mesmo adolescente mais velho [...] A criança é utilizada como objeto de prazer para outra pessoa satisfazer suas necessidades sexuais.” (Grifo nosso)

A exploração sexual é considerado um abuso sexual, no entanto, a satisfação sexual obtida pelo adulto, ou adolescente se concretiza mediante alguma forma de transação comercial. Taquette (2007, p. 59) considera a exploração sexual como: “[...] algum tipo de transação comercial ou alguma troca e/ou benefício em dinheiro, ofertas ou bens por intermédio da exploração sexual de menores de 18 anos.” Ocorre uma relação de mercantilização e abuso de poder do adulto ou adolescente em relação à criança ou adolescente. O corpo é considerado uma “mercadoria sexual .”

Em ambos os casos a violência sexual representa uma violação do direitos humanos sexuais desses sujeitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, estabelece que criança e adolescente são sujeitos em

desenvolvimento e, por isso, essa relação não é considerada apropriada. Uma vez definidas as duas categorias básicas o texto segue com a caracterização da escola nesse contexto.

A Escola e a Política de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Criança e Adolescente

Os dados reforçam a premissa de que a violência sexual contra criança e adolescente é uma problemática social que reflete a negação dos direitos humanos sexuais e tem abrangência no território nacional. O seu enfrentamento é de responsabilidade do estado, da família e da sociedade.

O presente trabalho procura apresentar as análises realizadas acerca da implementação da política pública de enfrentamento à violência sexual cometida contra criança e adolescente em escolas públicas de ensino fundamental, localizadas no bairro do Guamá – Belém/PA.

Treze unidades de ensino fundamental participaram da pesquisa - três municipais e dez instituições estadual (duas instituições são particulares e funcionam em regime de convênio). Os documentos (planos, programas e projetos) e as entrevistas semiestruturadas com os profissionais da educação (dirigentes escolares ou alguém indicado por eles) compõe a base dados da pesquisa. O estudo evidencia a análise sobre a implementação, ou não, no ambiente escolar da política de enfrentamento à violência sexual.

A escola é uma instituição presente em todos os municípios desse país, nos lugares de fácil ou de difícil acesso. Ela atende indistintamente a toda a diversidade cultural e a todos os grupos sociais presentes no território nacional - à população urbana, do campo, os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos, entre outros. Isso a torna uma das instituições de maior inserção social que acolhe uma parcela considerável da população, por um tempo longo e sequencial. Essas características conferem às instituições de ensino a possibilidade de perceber possíveis mudanças/alterações no comportamento de sujeitos que são submetidos a violência sexual, como por exemplo, dificuldades de relacionamento social e queda abrupta no rendimento escolar.

A obrigatoriedade do ensino fundamental para crianças e adolescentes, instituída na CF/1988 e regulamentada na LDBEN/1996, faz da escola, depois da família, um lugar privilegiado no contato com esses sujeitos. Dada essa dimensão e complexidade que a escola abarca, Santomé (2004, p.06) afirma:

Não é justo que os alunos durante a escolaridade obrigatória não cheguem a conhecer e refletir sobre as relações de poder existentes nas sociedades em que vivem esses grupos que sofrem de alguma forma de marginalização, a classificação, o seu valor e os motivos pelos quais aparecem essas situações de marginalidade no mundo em que vivemos.

Para o autor, a disseminação da informação é uma tarefa primordial da escola. Ao mesmo tempo, Santomé (1998, p. 129) sinaliza que há um “processo de intensificação ao qual está sujeito o papel docente [...] Aumentam cada vez mais as finalidades educacionais que a sociedade pretende deixar a cargo da instituição escolar.” O estudo apresentado procura evidenciar a importância da escola na rede de enfrentamento a violência sexual contra criança e adolescente, mas não como uma exclusividade dela.

A escola, dentro de uma perspectiva democrática e plural (Freire, 2006), tem como compromissos dar a voz, o espaço e o acesso à informação para que educandos criem condições para a elaboração de um posicionamento crítico, sobretudo, aos que são considerados como pertencentes a “grupos silenciados”.¹

Por essas razões, discutir a problemática do abuso e da exploração sexual no espaço escolar com as vítimas em potencial, ou seja, criança e adolescente, reforça a premissa de que a instituição de ensino é considerada um espaço importante para subsidiar uma leitura crítica desses sujeitos acerca da ocorrência desse fenômeno. O caráter preventivo é o principal eixo condutor da inserção da escola nesse contexto.

O quadro 01 a seguir apresenta um levantamento de planos, programas, projetos voltados ao ambiente escolar elaborados na última década (2000 - 2010) e sinaliza os objetivos e finalidades das propostas de enfrentamento a esse tipo de violação, com exceção do Parâmetros curriculares Nacionais que foi elaborado em 1997.

¹ Santomé (2004)

Quadro 01 - Atribuições referentes ao enfrentamento da violência sexual no espaço escolar

Programa/Projeto/Plano	Atribuições às Escolas	Responsável	Ano de elaboração/Implantação
PCNs	Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: - conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;	Governo Federal	1997
PNEVSCCA	- Educar crianças e adolescentes sobre seus direitos, visando o fortalecimento da sua auto-estima e defesa contra a violência sexual; - Notificar casos de violência sexual infantojuvenil, total e proporção em relação ao total de escolas da região, por rede de ensino; - Incluir a temática de prevenção da violência sexual infantojuvenil na grade curricular e/ou Projeto Político Pedagógico, total e proporção em relação ao total de escolas da região, por rede de ensino.	Governo Federal	2000
Guia Escolar	Realizar a prevenção primária com o objetivo de eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que propiciam os maus-tratos.	MEC/SECAD/SDH	2003
Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE)	Contribuir para uma aprendizagem compartilhada por trabalhadores da educação, da saúde, de outras instituições públicas e de organizações da sociedade civil cujas ações repercutem na redução da vulnerabilidade de adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis e à aids.	MS/MEC	2003
Escola que Protege	Promoção da formação de profissionais da educação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.	MEC/SECAD	2004
Programa Escola Aberta	Estimular a ampliação da jornada e espaço escolares para o mínimo de sete horas diárias, em conformidade com o “Programa Mais Educação”, visando à implementação da Educação Integral na rede pública de ensino com atividades nas áreas de aprendizagem, culturais e artísticas, esportivas e de lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital e de saúde e sexualidade;	MEC/SECAD	2006

*Quadro elaborado pelo autor.

Os planos, programas, projetos e ações listados tratam de atribuições às escolas com relação ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Verifica-se que a principal tarefa da escola é a ação educativa. A formação continuada² de professores objetiva prepará-los para abordagem da temática, pois eles são

² “Formação continuada refere-se às propostas ou ações (cursos, estudos, reflexões...) voltados, em primeira instância, para aprimorar a prática profissional do professor. Diz a todas as formas deliberadas e organizadas para esse fim.” (Figueiró, 2006, p. 91)

considerados os principais agentes executores das ações de enfrentamento a esse tipo de violência no espaço escolar. A preparação dos educandos possibilita fortalecer a sua autodefesa e, sobretudo, a promoção da prevenção.

A análise das ações e as evidências de suas aplicações nas escolas pesquisadas. Castanha (2008) considera o PNEVSCCA é o “carro chefe” na formulação da política pública de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país. O seu objetivo geral é “Estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnica – política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” (2000, p. 14).

Entre os eixos que compõem o PNEVSCCA (2000, p. 15) a escola é inserida no eixo Prevenção que tem como finalidade “Assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua autodefesa; atuar junto a Frente Parlamentar no sentido da legislação referente à INTERNET.”

Quadro 2 – Objetivos, ações previstas, metas e indicadores atribuídos para as escolas no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes pelo PNEVSCCA

Objetivos	Ações Previstas	Metas	Bases de Indicadores
1. Educar crianças e adolescentes sobre seus direitos, visando ao fortalecimento da sua auto-estima e à defesa contra a violência sexual.	Inclusão de conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre a prevenção à violência sexual nos currículos escolares, em toda a rede de ensino e em todos os níveis.	- Incluir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos conteúdos escolares. - Implementar os temas transversais nos parâmetros curriculares nacionais, principalmente os referentes à orientação sexual.	- Número de escolas que notificaram casos de violência sexual infantojuvenil: total e proporção em relação ao total de escolas da região, por rede de ensino; - Número de escolas que incluíram a temática de prevenção da violência sexual infantojuvenil na grade curricular e/ou projeto político pedagógico: total e proporção em relação ao total de escolas da região, por rede de ensino.
Informar, orientar e capacitar os diferentes atores envolvidos a respeito da prevenção à violência sexual.	Capacitação de agentes comunitários, profissionais de educação, de saúde e demais operadores de políticas públicas sobre a prevenção e proteção contra a violência sexual.		Número de profissionais capacitados ou qualificados em temas que cercam o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Fonte: Caderno de revisão do plano nacional. SDH, 2008. p. 86-87

Nenhuma das escolas pesquisadas apontou a inserção da temática da violência sexual no currículo escolar ou no projeto político pedagógico. O MEC também não

dispõe de dados sistematizados sobre o número de escolas no Brasil que incluíram essa temática na política de ensino. Isso demonstra uma fragilidade na perspectiva macro da política de enfrentamento.

O acompanhamento do número de profissionais da educação que receberam algum tipo de preparação para lidar com o tema no ambiente escolar é um indicador importante para aferir as condições de inserção da escola na rede de enfrentamento. Para isso, o MEC, em parceria com a SDH, elaborou o Guia Escolar em 2003. O material é resultado de uma parceria de cooperação entre o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, a SDH e a SECAD/MEC por meio do projeto BRA/98/W02. Foram distribuídos 50000 exemplares gratuitamente para conselhos tutelares, secretarias de educação, prefeituras e universidades com o objetivo de subsidiar cursos de formação voltados ao enfrentamento do abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes. Esse número não atende ao universo de escolas públicas e órgãos, como os conselhos tutelares e demais instituições que compõem a rede de proteção infantil presente em todo o território nacional. O que por si só fragiliza a proposta. A estratégia do MEC foi disponibilizar o material em seu site para *download* do material. Todavia, o acesso à internet ainda não é uma possibilidade para todos e em condições iguais para todas as regiões e municípios do Brasil. Isso limita a apropriação do material. Também não há registro de uma campanha de divulgação acerca da disponibilidade do mesmo para que as instituições escolares tenham interesse em acessá-lo no portal do MEC. Conclui-se que faltou ao MEC uma política de comunicação voltada à divulgação do material e de distribuição do mesmo junto às escolas e demais órgãos afins.

Já o projeto “Escola que Protege” (2004) também elaborado pelo governo federal procurou estabelecer a “Promoção da formação de profissionais da educação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.” Ele ampliou a possibilidade de formação dos profissionais com o objetivo de dar condições a eles para detectar e encaminhar casos de violência sexual sofrido por criança e adolescente.

O Portal dos Direitos da Criança apresenta um balanço do número de profissionais da educação que já participaram de atividades de formação voltadas a essa temática de 2004 a 2010.

A expectativa da Secad é de que o total de profissionais formados

durante o período de 2004 a 2010 supere 34 mil. O convênio exige que a IES firme parceria com a Secretaria de Educação estadual ou municipal, com o objetivo de garantir o apoio institucional para o pleno desenvolvimento das atividades previstas pelas IES. (Disponível em: http://www.direitosdacrianca.org.br/old/migracao/temas_prioritarios/violenciasexual/abuso-sexual/pauta-violencia-sexual-a-responsabilidade-da-escola-na-protecao-de-criancas-e-adolescentes/?searchterm=none. Acesso em 19 de outubro de 2012) Grifo nosso.

Os dados do IBGE/Cidades (IBGE, 2009) apresentam um número expressivo de profissionais do ensino básico lotados em Belém. Somado aos dados gerais do estado do Pará o número de docentes (rede público e privada) do ensino básico chega a 80.303 profissionais. Dados do Projeto Escola que Protege (BRASIL, 2012) apontam que de 2005 a 2008 o Pará formou 598 profissionais (Educação e demais membros da rede de proteção) na área do enfrentamento. Isso significa que há uma grande demanda de profissionais da educação para a formação na área do enfrentamento. O relatório da CPI do Senado (2010) indicou que o Pará é um dos estados que possui problemas de ocorrência de violência sexual em todos os seus 144 municípios.

O “Escola que Protege” ocorre por meio das seguintes orientações:

As escolas apresentam por meio do sistema PDE Interativo, a demanda de formação no curso Escola que Protege para as Secretarias Estaduais de Educação – SEDUC e Secretarias Municipais de Educação - SEMED que a validam e encaminham ao Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. O Fórum elabora o Plano Estratégico de Formação docente e o encaminha ao Comitê Gestor da Rede Nacional de Formação/ MEC, responsável pela sua aprovação e apoio financeiro. (Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17453&Itemid=817. Acesso em 19 de outubro de 2012.)

A adesão automática da escola por meio do sistema, talvez não seja a forma mais adequada. Há uma série de demandas apresentadas pelas escolas e o estudo apontou que essa temática não é considerada pelos sujeitos escolares como uma prioridade. Isso dificulta a indicação dessa demanda que os números apontam como sendo de urgência para a área de abrangência estudada.

O Programa Escola Aberta do MEC/SECAD é financiado com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O programa é destinado às unidades

escolares públicas localizadas em territórios considerados de vulnerabilidade social³. No projeto são oferecidas atividades educativas, culturais, esportivas, de formação para o trabalho e geração de renda para os estudantes e à população do entorno.

A ideia é tornar as escolas públicas de educação básica espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades complementares às ações educacionais, nos finais de semana, melhorando a qualidade da educação, contribuindo para a construção de uma cultura de paz, reduzindo os índices de violência e aumentando as oportunidades de emprego aos jovens, sobretudo, àqueles em situação de vulnerabilidade social. Oficinas e atividades de lazer, esporte, educação e cultura serão oferecidas aos alunos e à comunidade, transformando a escola em ambiente aberto à criatividade, ao convívio pacífico e à aprendizagem permeada pelas práticas culturais e esportivas. (2008, p. 03) Grifo nosso

O Programa Escola Aberta ampliou a presença e a relação das escolas com os demais membros da comunidade à medida que abriram seus portões aos finais de semana e ofereceram várias atividades. Ele é visto como uma importante estratégia de diálogo com a comunidade escolar. Além das atividades recreativas, é previsto a utilização do espaço escolar para a promoção de debates sobre diferentes temas, dentre eles a questão do enfrentamento ao abuso sexual contra criança e adolescente. No Pará, a rede estadual de ensino desenvolveu o programa em conjunto com uma proposta local denominada “Escola de Portas Abertas.” No entanto, de acordo com os profissionais das escolas que ofereceram essa ação as atividades recreativas foram as mais participativas. Já as discussões acerca das questões sociais não tiveram a mesma frequência.

O Saúde e Prevenção na Escola – SPE foi elaborado pelo MEC em com o Ministério da Saúde. “Esse projeto, alicerçado em uma demanda da população, foi implantado nos 26 estados do Brasil, no Distrito Federal e em aproximadamente 600 municípios”. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.Php?Itemid=578&id=12370&option=com_content&view=article> Acesso em: 14 de maio de 2012)

Dentre as atividades previstas no quadro esquemático do Guia de formação de profissionais de saúde e prevenção na escola (BRASIL, 2010, p. 65), a unidade 4 denomina-se como “A sexualidade na vida humana” e nela foi proposta a oficina

³ Locais ocupados por população de baixo poder aquisitivo, infraestrutura precária (saneamento básico, habitação), territórios com altos índices de violência (homicídios, tráfico de drogas, entre outros).

“Violência e abuso sexual”. Os objetivos da oficina são:

Identificar e discutir as principais questões relacionadas à violência e ao abuso sexual na Infância e na adolescência;
refletir sobre as manifestações de violência e abuso sexual na realidade de atuação dos participantes;
ampliar conhecimentos sobre as formas de enfrentamento da violência e do abuso sexual na infância e na adolescência. (BRASIL, 2010, p. 66)

Apesar de todas as proposições do SPE e da sua importância para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes não há recurso federal específico para desenvolvimento das ações do programa. A maioria das atividades conta com a participação voluntária de diversos membros da rede de proteção à criança e ao adolescente, principalmente as de aplicação das oficinas de formação para profissionais da educação e da saúde. Em Belém apenas umas das escolas apontaram ações em parceria com o Grupo Gestor Municipal e mesmo assim não relacionado a problemática da violência sexual

O conjunto da descrição das atividades aponta que o formulador da política é o governo federal com concentração no MEC e apoio de outros ministérios. Ainda que as ações apresentem uma mesma finalidade não há uma articulação explícita entre as mesmas. Enquanto algumas possuem dotação orçamentária para o seu desenvolvimento, outras carecem de uma fonte de recurso para a execução. Esse é um dos elementos essenciais que contribui para a eficácia das propostas de ação do governo.

Ao final das descrições dos planos, programas e projetos governamentais que objetivam de forma direta ou indireta o enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente, o que se pode observar é que eles são centrados basicamente em duas ações: formação destinada aos profissionais da educação para lidar com a temática e o princípio educativo voltado à formação cidadã dos educandos.

Miranda e Yunes (2007, p. 168) destacam que persiste no campo da educação em direitos humanos a debilidade na proposta dos currículos dos cursos de licenciatura a inserção dessa temática, ainda que ela seja primordial para a identificação e notificação de casos de violência sexual contra criança e adolescente no espaço escolar.

A denúncia ou notificação de uma situação de abuso sexual em qualquer contexto requer ações e intervenções interdisciplinares que não dependem, em sua eficácia, de atitudes isoladas. É preciso haver comunicação e colaboração entre um conjunto de segmentos que compõe a rede de apoio social de crianças, adolescentes e famílias. Entretanto, há que se considerar uma etapa prioritária neste processo que envolve a participação de pessoas-chaves, que devem estar preparadas para identificar, reconhecer e compreender os indícios da existência de uma situação abusiva. Isso pressupõe um conhecimento específico que raramente é tratado nos cursos de graduação das diferentes áreas das ciências humanas e sociais [...] e, tampouco, integra a formação de professores nos cursos de magistério.

Com essas considerações sobre a importância dos planos, programas e projetos governamentais que tratam da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes e que trazem atribuições específicas para as escolas, acredita-se que a reflexão aponta a escola como um *locus* privilegiado para o enfrentamento dessa problemática.

Ainda que a abordagem e o encaminhamento de suspeita ou de ocorrência de casos de abuso ou exploração sexual de criança e adolescente seja considerada uma ação delicada, que demanda uma ação planejada, pois o contrário pode resultar em revitimização da pessoa e a exposição pode inclusive ocasionar a sua morte. A insegurança dos profissionais da educação é em razão da complexidade dos casos dessa natureza (abordagem e intervenção). Nas entrevistas é recorrente os sujeitos apontarem esse fato como uma das razões que têm dificultado esse diálogo na escola.

Percebe-se que a instituição de uma política pública não é algo que ocorre de forma neutra, mas atende a uma demanda social. A política pública de enfrentamento à violência sexual é denominada de política regulatória⁴, uma vez que tem a finalidade de dirimir conflitos na área das relações sociais, ao classificar determinados comportamentos sexuais como inadequados. As entrevistas servem para corroborar alguns achados que foram apontados por meio da análise documental.

De qualquer modo, a pretensão desse estudo não é quanto à análise da eficiência⁵ (ou seja, a relação custo/benefício), pois requer uma análise aprofundada acerca dos recursos destinados à política pública de enfrentamento à violência sexual

⁴ Secchi, 2010.

⁵ Figueiredo, 1986.

com ênfase na escola. A ideia é centrar esforços sobre a sua eficácia⁶. A finalidade é identificar se as ações foram implementadas de acordo com as diretrizes e objetivos concebidos na formulação da política.

Como já explicitado anteriormente, tendo em vista as repercussões de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no final do século passado e os compromissos assumidos pelo Brasil para o seu enfrentamento no I Congresso Mundial de Enfrentamento a Exploração Sexual em Estocolmo (1996), foi elaborado em 2000 o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual. O referido plano tem o objetivo de congrega um conjunto de artefatos políticos, técnicos e financeiros que permitam uma intervenção orquestrada de combate a esse tipo de violação (Brasil, 2001).

A visibilidade alcançada socialmente, com divulgação na mídia de casos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes é a principal razão para envolvimento das escolas no enfrentamento do problema. Isto implica em dizer que a vulgarização dos casos na mídia é uma contribuição importante para a sensibilização da sociedade e de instituições sociais, como as de ensino.

Para um grupo de 60% das instituições de ensino que participaram da pesquisa o que marca a iniciativa em prol do enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes é a demanda, dada à incidência de casos na região em que a escola está inserida e/ou a identificação de casos dentre os alunos assistidos pelas instituições. A motivação a partir da demanda, sobretudo, em função dos casos que são identificados, demonstra a atenção e a preocupação que essas instituições de ensino têm dispensado a esse tipo de problema.

Já tivemos alguns casos que foram identificados. Nós temos dentro do projeto político pedagógico aqui da escola desde que fomos eleitos por eleição direta desde 2000, nós já estávamos nos propondo a elaboração, a construção desse projeto político e lá nós temos ações previstas em relação à violência sexual. Isso por estarmos localizados aqui no bairro do Guamá, nós já temos um perfil empírico de que alunos nós iremos receber. São alunos da periferia. (Escola 12)

A escola procura agir chamando os pais. A gente procura conscientizar os pais dessas questões.. do cuidado que eles devem ter, porque a nossa clientela... ela é uma clientela, como podemos dizer, ela é uma

⁶ Figueiredo, 1986.

clientela muito necessitada dessas orientações. Aqui temos muitos casos de crianças de 9 anos que foram violentadas pelo padrasto, às vezes pelo tio, por vizinhos. Então, nós temos muito esses casos aqui na escola e identificados. (Escola 13)

Existe um trabalho, uma iniciativa nesse sentido. pelo índice de violência digamos assim... isso é percebido na prática... na região onde estamos situados. Bom. Inicialmente a escola ela... no seu cotidiano existe uma tentativa de orientar as crianças e adolescentes em relação a essa questão da violência sexual. (Escola 10)

A associação da ocorrência desse tipo de violência a um determinado espaço geográfico, com uma vinculação a questão da pobreza e da desestruturação familiar indica uma visão reducionista dos professores. É uma posição baseada em função de um mito⁷ arraigado socialmente. É um argumento que tem servido de falseamento da realidade pela elite dominante e contribuído para justificar determinadas praticas. A ligação a apenas um determinado aspecto social (classe) reduz a compreensão sobre a ocorrência do fenômeno e não condiz com a realidade. A violência sexual ocorre em todas as classes sociais, praticadas por pessoas com ou sem formação escolar.

Castanha (2008) considera que esse tipo de violação é um fenômeno multicausal. Ele deve ser analisado a partir de um contexto histórico, social, econômico, político, cultural e ético. Isso porque, de acordo com Siems (2006, p. 13), os “Crimes sexuais acontecem em todos os níveis socioeconômicos, religiosos e étnicos. Famílias das classes média e alta podem ter melhores condições de encobrir o abuso e manter o muro de silêncio. Na maioria dos casos são pessoas aparentemente normais e queridas pelas crianças e pelos adolescentes.”

Essa vinculação revela também outra questão que é a limitação dos sujeitos escolares sobre o tema em voga e juntamente com a análise das motivações, destacam-se nos relatos dos sujeitos escolares as maneiras como vêm sendo pensadas e executadas as ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar.

Bom, então a uns dois anos atrás a gente fez uma jornada e a nossa temática foi a violência. A gente colocou a violência como tema

⁷ “Cristaliza-se em crenças que são interiorizadas num grau tal que não são percebidas como crenças e, sim, tidas não só como uma explicação da realidade, mas como a própria realidade. Em suma, o mito substitui a realidade pela crença na realidade narrada por ele e torna invisível a realidade existente.” (Chauí, 2003, p. 48)

gerador e cada professor dentro da sua área desenvolveu a temática. Mas pensou-se trabalhar a violência como tema transversal. Neste ano a gente utilizou esse tema da violência para todas as ações aqui na escola: pra feira cultural, pra o dia do estudante, dia das mães. Desta maneira todas essas ações é... elas tinham como objetivo a prevenção, além de trabalhar essa questão da cidadania, dos valores que estão perdidos e tudo mais. [...] principalmente porque o nosso bairro tem uma demanda muito grande dessas questões de violência. (Escola 8)

No começo do ano... no ano passado na abertura da jornada pedagógica a gente trouxe pra eles o ECA, comentei o estatuto, falei da importância de como deve ser tratada hoje a criança e a necessidade de um olhar diferenciado. Fizemos várias dinâmicas com eles no início do ano muito interessante. Uma delas foi uma dinâmica de voltar ao passado pra eles relatarem como eles foram criados, de que maneira eles foram criados e a gente viu manifestação de professores que foram abusados, entendeu, quando eles eram pequenos. (Escola 11)

Dentro da jornada pedagógica no início do ano letivo nós pegamos como referência alguns temas [...] No início do ano letivo a gente traça todas essas questões e aí dentro do que acontece durante o ano a gente salienta a questão da discussão pedagógica. (Escola 12)

A jornada pedagógica aparece como indutora das discussões e formulações das atividades de enfrentamento a esse tipo de violação. De acordo com a declaração dos sujeitos entrevistados a jornada é uma atividade que ocorre no início do ano letivo. Ela figura como uma ação coletiva que tem como finalidade planejar atividades que extrapolam a utilização dos conteúdos que já estão definidos a partir das disciplinas.

Em razão da peculiaridade da jornada, ainda que seja uma atividade coletiva e que tenha um caráter também formativo, de discussão de temáticas e de demandas que permeiam a realidade escolar, algumas dificuldades foram apontadas para a realização das ações que foram definidas para acontecerem ao longo do ano letivo.

A gente começa com um grupo e não termina com o mesmo grupo. Aí tu observa que existe uma quebra. No começo do ano a gente fez o trabalho com os professores... falamos sobre o estatuto, sobre o olhar do educador, o olhar da assistência como tem que ser. Até porque eu também trabalho na assistência e sei da dificuldade que a gente tem na educação e também é a mesma dificuldade que a gente encontra na assistência. (Escola 11)

Mesmo definido na jornada pedagógica, as coisas elas andam num ritmo um pouco lento porque em alguns pontos a gente tem alguns

entraves. Então, por exemplo, assim, esse caso que eu lhe falei da equipe em que algumas coisas a gente se sente limitado, não tem como intervir, fazer um trabalho mais apropriado. (Escola 8)

A jornada pedagógica é considerada pelos sujeitos escolares um momento importante no planejamento e nas definições das questões que vão nortear o ano letivo. No entanto, as coisas nem sempre ocorrem como o planejado, ou desejado. Pode-se observar que a continuidade das ações definidas na jornada pedagógica é prejudicado devido à instabilidade de parte dos profissionais de ensino que são contratados e não concursados. A troca de profissionais durante o ano letivo implica em perda do preparo da equipe. A instabilidade no emprego produz insegurança e descontinuidade no desenvolvimento da proposta pedagógica da unidade de ensino.

De forma recorrente os profissionais da educação afirmam que não possuem formação sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes e que a ausência de uma discussão dessa natureza a partir da própria política educacional e a destinação de recursos que viabilizem revelam a fragilidade da política de enfrentamento.

Na Guisa de Concluir

À medida que se apresenta a contextualização do fenômeno, percebe-se que as questões sociais, econômicas, de ordem conjuntural e estrutural que estão imbricadas em sua gênese o tornam algo complexo. Isso demanda um enfrentamento com ações em rede entre governo e a sociedade civil. Ao estado, cabe instituir políticas de proteção às crianças e adolescentes. A sociedade civil tem a tarefa de cobrar permanentemente a execução das ações de enfrentamento e fiscalizá-las por meio dos mecanismos de controle social.

A pesquisa permitiu depreender que, a partir do final do século passado, instituíram-se no Brasil marcos históricos no enfrentamento ao abuso sexual de crianças e adolescentes. A temática adquiriu maior visibilidade política e legal com a instituição do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei no 8.069/90. Em junho de 1993 foi elaborado o relatório da primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Fato esse que trouxe à tona inúmeros casos de violação dos direitos sexuais desse público alvo e evidenciou a falta de políticas sociais

básicas de prevenção e de atendimento a essas vítimas (Leal, 2007; Castanha, 2008).

No que tange as ações voltadas às escolas compreende-se que o modo de operacionalização e a finalidade das ações descritas pelos sujeitos como enfrentamento à violência sexual não contemplam o objetivo determinado pela política nacional que é promover a educação dos educandos com a finalidade de fortalecer a autoestima e garantir a eles condições para se prevenirem de ocorrências dessa natureza. No então, não se verifica em nenhuma das instituições de ensino a proposta de inserção do tema no currículo ou no projeto político pedagógico. Essa ausência não garante a esses sujeitos o tratamento da questão no ambiente escolar.

Nesse sentido, há que se fazerem duas ações primordiais para tornar essa temática uma ação efetiva no ambiente escolar, são elas: garantir aos profissionais de educação as condições objetivas de formação para identificação e encaminhamento dos casos e um processo de sensibilização desses sujeitos em relação à importância da inserção da escola na rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Essas são as condições basilares para que as instituições de ensino se incorporem a rede de enfrentamento e tenham as prerrogativas necessárias para atuarem de maneira eficaz na prevenção.

Referências

BRASIL. Guia escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Benedito Rodrigues dos Santos... et al, Rita Ippólito: coordenação técnica 2. ed. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. 163 p.

BRASIL. PNAD/IBGE/2009 E INDIC. SOCIAIS/IBGE/2010/ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO: DIEESE/PA. (Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/pnadibge2009>> Acesso: em 01/02/2011.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Natal, 2000.

BRASIL. Guia de Formação de Profissionais de Saúde e Prevenção na Escola. Brasília: MDS, 2010.

BRASIL. Relatório do Serviço do Disque Denúncia Nacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – período março de 2003 a agosto de 2010. Brasília: SDH, 2010.

BRASIL. Relatório do Serviço do Disque Denúncia Nacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – período janeiro a dezembro de 2012. Brasília: SDH, 2012.

CASTANHA, Neide. In: O processo de revisão do plano nacional - Relatório de acompanhamento 2007-2008. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente, 2008.

CHAUI, Marilena. Ética, política e violência. In: Camacho, Thimoteo (Org.). Ensaios sobre violência. Vitória: EDUFES, 2003.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Formação de educadores adiar não é mais possível. Campinas/SP: Mercado das Letras; Londrina/PR: EDUEL, 2006.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (org.). Tráfico de Pessoas e violência sexual. Brasília: Violes/UNB, 2007.

MIRANDA, Ângela Torma e YUNES, Maria Ângela Mattar. O ato de denúncia de abuso sexual conta crianças e adolescentes no ambiente escolar. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto, Maria de Fátima Pinto & LIBÓRIO, Renata Maria de Coimbra (Orgs.). Tráfico de pessoas e violência sexual. Brasília: Editora UNB, 2007. p. 167 – 190.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. e ALMEIDA, Suely Souza de. Brasil: violência, poder e impunidade. In: CAMACHO, Thimoteo (org.). Ensaios sobre violência. Vitória: EDUFES, 2003. pp 85-114.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Tradução Cláudia Shilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1998.

_____. A IMPERIOSA NECESSIDADE DE UMA TEORIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA RADICAL CRÍTICA: Diálogo com Jurjo Torres Santomé. *Currículo sem Fronteiras*, v. 4, n. 2, pp. 5-32, Jul/Dez 2004.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIEMS, Maria Edith Romano; PIMENTEL, Geysa Alves e LIRIO, Flávio Corsini (Orgs). Como prevenir, identificar e combater o abuso e a exploração sexual e tráfico com fins sexual e comercial de meninos, meninas e adolescentes: cartilha para técnicos, gestores e educadores da rede de enfrentamento à violência sexual. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

TAQUETTE, S. R. (org) Mulher Adolescente/Jovem em situação de Violência. Propostas de intervenção para o setor saúde: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.